



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

HABEAS CORPUS Nº 329792-1 – Recife (3ª Vara do Tribunal do Júri)

IMPETRANTE: Os Béis. Fernando Feitosa Duarte e Fábio César Marques Fernandes

PACIENTE: Daivson Pablo da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Drª. Andréa Karla Maranhão Conde Freire

EMENTA: Penal e Processual Penal. Habeas Corpus Liberatório. Homicídios Qualificados Tentados. Prisão Preventiva. Alegação de Constrangimento Ilegal por estado de inocência, Excesso Injustificável de Prazo no Desate da Instrução e de Direito à Mercê da Liberdade Provisória. Primeira Suscitação Não Conhecida. Demais Arguições Carecidas de Verossimilitude e Juridicidade. 1. A alegação de inocência não pode ser conhecida na via estreita do *habeas corpus*, por demandar exame aprofundado da prova. 2. Estando a ação penal ainda a tramitar no sítio da razoabilidade, não colhe a asserção de coação extralegal por excesso injustificável de prazo. 3. A periculosidade concreta do paciente, evidenciada pela motivação dos delitos a ele atribuídos e pelo *modus operandi*, aponta para a iniludível presença, na espécie, do permissório da garantia da ordem pública. 4. Condições pessoais favoráveis e o princípio da presunção de inocência não impedem, por si sós, a adoção da medida extrema, notadamente quando presente, como no caso concreto, um dos permissivos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. 5. Ordem parcialmente conhecida e denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* n.º 329792-1, da Comarca do Recife, em que figuram como partes as acima referidas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 16/04/2014, por decisão unânime, em conhecer parcialmente da ordem e denegá-la, tudo conforme consta da ementa e dos votos em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16/04/2014.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

HABEAS CORPUS Nº 329792-1 – Recife (3ª Vara do Tribunal do Júri)

IMPETRANTE: 8903241 Os Béis. Fernando Feitosa Duarte e Fábio César Marques Fernandes

PACIENTE: Daivson Pablo da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Drª. Andréa Karla Maranhão Conde Freire

RELATÓRIO

Os Béis. Fernando Feitosa Duarte e Fábio César Marques Fernandes, através da peça de fls. 02 a 10, impetraram *habeas corpus* liberatório, com postulação de liminar, em favor de Daivson Pablo da Silva, acusado da prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal (Proc. nº 0176799272012.8.17.0001), apontando como autoridade coatora o Juiz da 3ª Vara do Júri da Capital.

Arguem os impetrantes que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal porque é inocente, por excesso injustificável de prazo na formação da culpa, pois se encontra preso desde 20.02.2013, e porque tem direito à mercê da liberdade provisória, em nome, inclusive, do princípio da presunção de inocência, benefício esse negado, mesmo diante da ausência dos pressupostos da segregação cautelar.

Pedem, alfim, a concessão da ordem, com o conferimento ao paciente do direito de aguardar o desfecho da ação penal em liberdade, com consequente expedição de alvará de soltura.

Indeferido o pleito de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fl. 40, com o acompanhamento dos documentos de fls. 41 a 79, clarificando, de início, que o paciente foi denunciado, juntamente com outros dois imputados, como incurso nos artigos 121, § 2º, incisos II e IV, c/c os arts. 14, II (duas vezes) e 70, do Código Penal, tendo sido decretada a sua prisão preventiva, cumprida em 20.02.2013, com fundamento na garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, mantendo-se, depois de provocação da defesa técnica, a medida extrema.

Acrescenta que a ação penal catalisadora do *mandamus* é complexa e envolve três acusados, já estando com audiência designada, estando ainda a transitar na seara da razoabilidade.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 83 a 85, opinou no sentido da denegação da ordem, por entender que a ação penal ainda está tramitando no sítio da razoabilidade e estão presentes os motivos permissórios da prisão preventiva.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

VOTO

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Desejo salientar, *ab initio*, que a alegação de inocência inserta na exordial de fls. 02 a 10 não pode ser conhecida na via estreita deste *Writ*, por desafiar exame aprofundado da prova, genuíno da cognição exauriente da ação penal.

Por outro lado, não colhe, por agora, a alegação de coação extralegal por excesso injustificável de prazo para a formação da culpa, visto que a ação penal abarca complexidade e pluralidade de réus, estando a audiência de instrução iniciada e com data de continuação já designada, estando a tramitar, por agora, no mais manifesto espaço da razoabilidade, consoante demonstram os documentos que acompanham as informações da autoridade impetrada e os de fls. 87 a 96, estes extraídos do Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal.

No tocante à alegada ausência dos permissórios da prisão preventiva, colhe-se da decisão de fls. 74, justamente a que indeferiu pleito de liberdade provisória formulado em favor do paciente, que ela demonstra, com clareza, a presença do permissivo da garantia da ordem pública, dada a periculosidade concreta do paciente e dos outros dois corréus, evidenciada pelo *modus operandi* na prática dos fatos e pela motivação da ocorrência global, ligada à disputa por grupos pelo tráfico de entorpecentes na região que abrange o Bairro de Campo Grande, nesta urbe.

O Superior Tribunal de Justiça, sobre o tema, já decidiu:

"Não há falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade efetiva dos delitos em tese praticados e da periculosidade social do agente envolvido, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos.

Caso em que o paciente é acusado de ser o mandante de quatro homicídios qualificados consumados e dois homicídios qualificados tentados, cometidos po motivo torpe e com utilização de recurso que dificultou ou impediu a defesa das vítimas, ao serem colhidas desprevenidas em suas residências e em tese motivado por disputa de território relacionada ao tráfico de drogas" (HC 282352/BA, Rel. Min. Jorge Mussi, Quinta Turma, J. 11.02.2014, DJe 21.02.2014).

Observe-se, ao lume da denúncia de fls. 41 a 43, que a imputação diz respeito a dois homicídios qualificados tentados, pela motivação acima evidenciada, figurando como vítimas Rubenildo de Miranda Ferreira e Josemir Santos da Silva Júnior, sendo certo que a ação poderia ter também vitimado a pessoa de Sheila Costa de Assis, que conseguiu se esconder e não foi atingida pelos diversos disparos feitos pelos três denunciados, dentre eles o paciente. Essa constatação também aponta para a completa improcedência do anelo de liberdade provisória alojado na exordial mandamental.

É consabido, por sinal, que condições pessoais favoráveis e o princípio da presunção de inocência não impedem, por si sós, a adoção da medida extrema, quando presente, como na hipótese dos autos, um dos motivos precógnitos no artigo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

312 do Código de Processo Penal.

Em sendo assim, dispensando-me de outras reflexões, voto, sem hesitação, com o adminículo do parecer da operosa Procuradoria de Justiça, no sentido do conhecimento parcial da ordem de sua denegação.

Sugiro à Câmara, por zelo, a expedição de ofício ao Juízo impetrado, no sentido de que priorize, na medida do possível, o desate da primeira fase do procedimento do Júri na ação penal de nº 0176799-27.2012.8.17.0001.

É como voto.

Recife, / / .

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator